



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004774-17.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Luiz Roberto Santos Saraiva**
 Embargado: **Banco Mercantil do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Cuida-se de embargos à execução opostos por Luiz Roberto Saraiva, nos autos de execução que lhe move Banco Mercantil do Brasil. Afirma que fez há 4 anos um empréstimo consignado no valor de R\$4.500,00. O banco lançou taxas e juros abusivos. Não está bem de saúde.

É uma síntese do necessário.

A hipótese é de rejeição liminar dos embargos à execução.

O inconformismo do embargante é genérico, alega excesso de execução, de maneira não específica.

Dispõe o art.917 § 4º I, do NCPC, que quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento.

In verbis: § 3º Quando alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à do título, o embargante declarará na petição inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

discriminado e atualizado de seu cálculo.

§ 4º Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos à execução:

I - serão liminarmente rejeitados, sem resolução de mérito, se o excesso de execução for o seu único fundamento;

II - serão processados, se houver outro fundamento, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução.

Ora, “ao estabelecer que a rejeição será liminar, a norma afasta a necessidade de determinação de emenda à inicial. E assim o faz porque não se trata de início de ação, em que a parte contrária ainda não compõe a lide, mas de embargos de devedor, cujo regramento é mais enérgico e visa a evitar atos protelatórios, que podem apenas prejudicar o andamento normal da execução” (agravo de instrumento nº 0513516-84.2010.8.26.0000, Rel. Des. Maurício Ferreira Leite, j. 02/02/2011, TJSP).

Ainda: “Com efeito, o Superior Tribunal possui orientação no sentido de ser necessário a apresentação de memória de cálculos no bojo dos embargos à execução fundado em excesso de execução sob pena de sua rejeição liminar.” (AREsp nº 424763, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 01/08/2014, STJ).

No mesmo diapasão: “ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE

EXCESSO. ART. 739-A, § 5º, DO CPC. APLICAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CONCESSÃO DE PRAZO PARA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS DO VALOR QUE ENTENDE COMO DEVIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A regra contida no art. 739-A, § 5º, do CPC, que regula os embargos do devedor fundados em excesso de execução, é aplicável contra a Fazenda Pública, pelo que esta deve instruir a petição inicial com memória de cálculo indicando o valor que entende correto, sob pena de os embargos serem liminarmente rejeitados. 2. Recurso especial conhecido e provido”. (REsp 1.192.529/MS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 25/11/2010, STJ).

Destarte, com fundamento no art. 917, §4º do NCPC, rejeito liminarmente os embargos à execução.

Sem verbas da sucumbência porque a relação processual não se completou nessa ação.

P.Intime-se, oportunamente arquivem-se.

São Carlos, 26 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**